



redação de
CAMPEÃO

**Aula 04 -
Cultura do cancelamento nas
redes sociais**

Professora Candice Almeida

Professor João Filipe Magnani

contato@redacaodecampeao.com.br; www.redacaodecampeao.com.br



Publicada na Segunda-feira, 27 de fevereiro de 2017 Veja página de Opinião

Boicotes virtuais se descolam de atos concretos e alimentam a intolerância

Fruto do MeToo, cultura do cancelamento afeta de maneiras diferentes famosos e superfamosos

(Folha de S.Paulo, 30.dez.2019)

Se a geração millennial atualizasse Carlos Drummond de Andrade, seu famoso poema provavelmente se transformaria em “João cancelava Teresa, que cancelava Raimundo, que cancelava Maria, que cancelava Joaquim, que cancelava Lili, que não tinha Twitter nem Instagram e, por isso, não cancelava ninguém”.

Pode parecer estranho, mas a palavra “cancelar”, em geral associada a compromissos ou serviços, passou a ser usada na internet também para pessoas. Com isso, qualquer um pode ser cancelado —e, dessa forma, sofrer um boicote depois de ser condenado pelo tribunal das redes sociais. O motivo? Qualquer coisa que seja considerada uma pisada na bola.

Popularizado na forma de uma hashtag nas redes sociais com denúncias de assédio sexual na indústria cinematográfica de Hollywood, sobretudo com casos envolvendo o poderoso produtor Harvey Weinstein, o MeToo logo se tornou uma maneira de divulgar abusos sofridos por mulheres no mundo todo.

E cada homem público relacionado a um caso desses virava alvo de um boicote a seu trabalho —ou seja, ele passava a ser cancelado.

A prática então floresceu e se perpetuou entre grupos mais progressistas e ligados à pauta identitária, que levantam bandeiras contra homofobia, racismo e machismo.

Bruno Molinero Escreve sobre literatura e mercado editorial na Ilustrada. - **Úrsula Passos** Editora-assistente da Ilustrada e coordenadora do Clube de Leitura Folha, está no jornal desde 2013 e passou pela Ilustríssima e pelo Guia. É mestre em filosofia pela USP.

POLÊMICAS RECENTES

jan. de 2016

Vogue produz baile de Carnaval com o tema África pop

out. de 2016

Maria Filó lança estampa que retrata sinhá e mucama

jul. de 2017

Farm cria peça com desenho de escravos e capitães do mato

jan. de 2018

H&M publica foto com criança negra de moletom com dizer 'o macaco mais legal da selva'

dez. de 2018

Prada tira de circulação boneco de macaco com lábios grossos

fev. de 2019

Gucci lança suéter similar ao personagem Sambo, ícone racista nos EUA

fev. de 2020

criou-se uma nova polêmica depois que a atriz Alessandra Negrini foi a um bloco de rua trajada como indígena.

Quais os efeitos da cultura do cancelamento

Juliana Domingos de Lima (Nexo Jornal, 01 de nov de 2019)

[...] Esse clamor pela responsabilização de pessoas públicas por seus atos e declarações tem pautado o comportamento delas nas redes e em eventos públicos, assim como o de marcas e outras figuras.

Ao Nexo a arquiteta, colunista da revista Marie Claire e feminista negra Stephanie Ribeiro disse que os cancelamentos não são propriamente uma novidade. “Há um ou dois anos atrás, a gente não falava em cancelamento, mas em linchamento virtual (/expresso/2016/08/05/Quando-vergonha-pública-elinchamento-virtual-saem-do-controle)”, disse.

Ela liga essas movimentações às redes sociais, “às possibilidades de interação e de resposta muito mais rápidas”, tanto no que diz respeito a reagir a algo que desagrada quanto a conectar pessoas que pensam da mesma maneira.

Para Ribeiro, os questionamentos feitos à conduta de figuras públicas estão relacionados à popularização das pautas raciais e feministas, que passaram a ocupar um espaço maior na fala do público geral. “Não é mais uma pauta só de acadêmicos ou especialistas. As pessoas falam muito mais sobre esses assuntos, então conseguem identificar e criticar também com maior facilidade as reproduções dessas lógicas”, disse.

O fato de as redes possibilitarem um canal mais direto do público com artistas e autoridades também cria condições para a cultura do cancelamento, disse ao Nexo Leonardo Goldberg, psicólogo e doutor em psicologia, que estuda as subjetividades no campo digital e suas implicações para a clínica psicanalítica.

Goldberg aponta que, com isso, o usuário pode participar ativamente dos perfis, das contas e das carreiras dos artistas. “Acho que a cultura do cancelamento é uma consequência desse usuário ativo, que consegue, de modo engajado, social, político e coletivo dizer se está ou não gostando” das condutas daqueles que acompanha pelas redes.

Outros dizem que, embora de fato não seja um fenômeno totalmente novo, a cultura do cancelamento tem ganhado escala.

O jornalista Osita Nwanevu, em sua análise para a New Republic, defende que a novidade não está tanto na força do cancelamento, mas em quem está fazendo parte devido às redes sociais “conseguiram um lugar à mesa onde questões de justiça ou de etiqueta estão sendo debatidas e estão fazendo barulho para recuperar o tempo perdido”.

[...] Críticos apontam ainda que as reações muitas vezes alcançam dimensões desproporcionais ou se dão sem base em fatos.

“Não existe qualquer zona cinzenta a partir da lógica do espetáculo”, pondera o doutor em psicologia Leonardo Goldberg. “É a cultura do cancelamento entra nessa esteira de modo completamente arbitrário, porque [faz parte] da lógica da não contradição, tão presente na internet. Não existe conversa ou escuta”.

“Acho que o [aspecto] negativo é a forma como a gente lida numa certa cultura do ‘hater’, do ódio, esquecendo que precisa fazer críticas mais embasadas e ter mais consciência coletiva da nossa responsabilidade”, disse ao Nexo a colunista e feminista Stephanie Ribeiro.

Os efeitos da cultura do cancelamento, no entanto, são em geral menos efetivos do que os “canceladores” poderiam desejar e do que os “cancelados” costumam alardear.

“Às vezes, é uma forma até meio rasa de lidar com questões que são estruturalmente muito complexas”, afirma Ribeiro.

O autor do artigo da New Republic, Osita Nwanevu, vai ao encontro desses questionamentos sobre o verdadeiro impacto da cultura do cancelamento, sugerindo um entendimento mundano da questão: enxergá-la como expressões públicas e corriqueiras de desagrado, manifestadas por pessoas comuns em novas plataformas.

“Se nos vemos passando vertiginosamente de traje a cada semana, devemos considerar que isso nunca custou tão pouco ou resultou em provocadores e ‘contrariadores profissionais’ ganhando tanto”, escreveu.

Embora critique a ausência de diálogo que impede “qualquer operação simbólica que possa fazer aquela pessoa mudar de opinião, porque ela é simplesmente cancelada”, Goldberg vê de maneira positiva que as críticas transformam os discursos públicos “em algo atravessado por uma política daquilo que concerne a população, ao bem maior. Todos aqueles que passam a emitir discursos públicos vão ter que se haver com aquilo que dizem”.

Além de mostrar que temas como o feminismo e o combate ao racismo estão mais difundidos, o efeito sobre discursos preconceituosos de figuras públicas também é o aspecto da cultura do cancelamento que Stephanie Ribeiro identifica como positivo.

“Hoje uma pessoa não pode dar uma entrevista e falar algo racialmente absurdo, porque alguém vai dizer ‘não, isso está errado’. E aí isso vira uma chuva de comentários e de tuítes, de falas, ações, respostas, vídeos. É muito positivo perceber que as pessoas estão identificando mais facilmente determinadas condutas”, disse.

Quem critica fantasia de índio não entende o que é o Carnaval

Fantasia serve para fazer crítica política ou revelar desejos íntimos, não para apoiar a opressão

(Folha de S.Paulo, 17.fev.2020)

Por que ninguém se fantasia de escravo no [Carnaval](#)? Porque as fantasias cumprem basicamente duas funções, que costumam ser excludentes entre si. Uma dessas funções é social. É fazer uma crítica bem-humorada aos poderosos de plantão, ou aos problemas que afligem a sociedade. É se fantasiar de água contaminada ou de fila do INSS. Ninguém usa uma máscara de Lula ou de Bolsonaro para homenagear esses políticos: usa para tirar sarro deles. Para tirá-los do altar e colocá-los no meio do bloco, de latinha na mão e dedinho para cima.

A outra função é psicológica. Muitas vezes, os foliões se transformam naquilo que gostariam de ser, nem que seja por apenas algumas horas. Mulheres se vestem de melindrosas ou de coelhinhos da Playboy –personagens que representam o lado divertido do sexo, longe da repressão e da autocontenção da vida real. Homens se vestem... de mulher. Jogam para longe

a obrigação de serem durões e agressivos, e extravasam seu lado mais delicado.

Todas essas fantasias vêm sendo patrulhadas. Uma mulher com roupas sensuais estaria desrespeitando a vida dura das profissionais do sexo. Um homem vestido de mulher estaria ridicularizando a condição feminina na sociedade patriarcal, uma situação de inferioridade da qual ele escapa no resto do ano.

Nenhuma fantasia gera mais “cancelamentos” do que as de índio. Esse tipo de reclamação, surgido nos Estados Unidos, chegou ao Brasil com força já faz alguns anos. Sair de cocar e tanga é achincalhar o sofrimento dos povos nativos, dizimados pelos colonizadores e, atualmente, vilipendiados pelo governo Bolsonaro. É apropriação cultural em estado puro.

A coisa chegou a um ponto em que [Alessandra Negrini](#), que desfilou de índia neste domingo (16), no bloco paulistano Acadêmicos do Baixo Augusta, precisou se cercar de Sonia



Guajajara e outras lideranças indígenas, para comprovar que estava "autorizada" a usar a fantasia.

A atriz teve que deixar claro que sua indumentária era um protesto político. Mesmo assim, foi atacada nas redes sociais. Imagine, então, se fosse uma foliã anônima? Acontece que a fantasia de índio é, antes de tudo, prática. Não requer muita produção, é adequada ao calor de fevereiro e dá liberdade de movimentos.

Liberdade também é a palavra-chave para entendermos por que esta fantasia é tão popular. No inconsciente coletivo, o índio vive em harmonia com a natureza. É uma vida livre de tensões, sem agrotóxicos nem boletos a pagar. Claro que nada disso corresponde à realidade dessas etnias, mas a ilusão persiste.

Por isso, quando alguém sai de índio no Carnaval, está, na realidade, tentando se livrar das amarras sociais do Ocidente. Está tentando ser mais "selvagem", mais "primitivo", sempre no bom sentido das palavras. Em nenhum momento está

defendendo a opressão ou a conversão dos indígenas, como fazem certos antropólogos de direita.

É por isso, também, que ninguém se fantasia de escravo. Afinal, quem quer ser escravo? Quem consegue fazer graça com a escravidão? Tal fantasia não cumpriria nenhuma das duas funções, a social e a psicológica, e só serviria para desanimar os foliões.

O Carnaval nasceu como uma festa antirreligiosa: o dia anterior ao começo da Quaresma (que, para os católicos, é cheia de restrições), em que os prazeres da carne seriam permitidos. Este dia virou quatro e hoje já é quase um mês nas grandes cidades brasileiras.

Patrulhar as fantasias é minar o Carnaval. É desconhecer o espírito da festa e se render a um moralismo de poltrona, que não resolve nenhum problema concreto e ainda irrita os patrulhados, pavimentando a estrada que leva ao populismo de direita.

Deixem os fantasiados de índio pular em paz.

Tony Goes - tem 58 anos. Nasceu no Rio de Janeiro, mas vive em São Paulo desde pequeno. Já escreveu para várias séries de humor e programas de variedades, além de alguns longas-metragens. E atualiza diariamente o blog.

Viva a apropriação (Folha de S.Paulo, 23.fev.2020)

Não sou nem o maior fã nem o maior crítico do politicamente correto (PC). Penso que o fenômeno pode ser descrito como o efeito colateral de um movimento absolutamente desejável, que foi o esforço de sociedades liberais para conter seus impulsos racistas, sexistas, homofóbicos etc. A origem virtuosa não deve, porém, nos impedir de denunciar seus exageros.

E, se há um elemento da cada vez mais longa cartilha do PC que eu não engulo, é justamente a apropriação cultural. O

Hélio Schwartzman - Jornalista, foi editor de Opinião. É autor de "Pensando Bem...".

raciocínio que fundamenta esse discurso é profundamente reacionário. Defender que objetos culturais, que, no fundo, são ideias, devem pertencer exclusivamente ao grupo que os criou equivale a decretar a morte da inovação.

Se só o povo criador tivesse direito à ideia, a escrita estaria circunscrita ao Egito, e os direitos humanos, a uma pequena parte da Europa Ocidental. Se há algo que realmente diferencia o homem de outros animais, é a facilidade com que ele se apropria de inovações culturais e as aprimora.

MÃOS À OBRA

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: "Cultura do cancelamento nas redes sociais", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Seu texto deve ter entre 07 e 30 linhas escritas.

